

O ENSINO DA MATEMÁTICA SOB A PERSPECTIVA DA LEI Nº 13415: A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Aline Machado RODRIGUES¹
Mário Ferreira do NASCIMENTO FILHO²

RESUMO

A reforma do Ensino Médio, assunto que gerou grandes discussões, foi elaborada com o intuito de melhoria para o Ensino Básico, no entanto aprovada sob Medida Provisória antes mesmo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ser concluída e analisada. Com a intenção de saber mais detalhes sobre essa “ousadia responsável” conforme diz o nosso Presidente Michel Temer, foi feito um estudo com metodologias embasadas por intermédio de fontes bibliográficas, exploratórias e qualitativas a fim de conhecer os principais impactos que a reforma causará no Ensino Médio, precipuamente no ensino de Matemática. Realizamos uma pesquisa de campo no Centro de Ensino em Período Integral Argemiro Antônio de Araújo para uma investigação de como está sendo a mediação de conteúdos da disciplina de Matemática a partir da implantação do novo sistema de ensino o qual é integral e que, como projeto piloto, vem acolhendo a ideia da reforma do Ensino Médio. Professores e especialistas foram questionados acerca de tal assunto e concluímos que a reforma só terá efeito positivo se for apresentado um currículo flexível de acordo com as promessas que foram feitas em relação a ele.

Palavras-Chave: Reforma do Ensino Médio; Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Medida Provisória.

ABSTRACT

The reform of High School, a subject that generated great discussions, was elaborated with the intention of better for Basic Education, although approved under Provisional Measure before the National Curricular Common Base (NCCB) was completed and analyzed. With an intention to know more details about this "responsible daring" according to our President Michel Temer, it was a study with methodologies based on bibliographic, exploratory and qualitative sources in order to know the main impacts that the reform will cause in High School, specially no mathematics teaching. We conducted a field research in the Argemiro Antônio de Araújo Integral Period Teaching Center for a research on how it is being a content communication of Mathematics discipline starting from the implantation of the new education system which is integral and that, as a pilot project has come up with an idea of the reform of High School. Teachers and experts are questioned on the subject and we conclude that it is a reform only for purposes of promotion according to the promises that are made regarding it.

Keywords: *High School Reform, National Curricular Common Base (NCCB), Provisional Measure.*

¹ Acadêmica da Graduação em Matemática – UEG Câmpus Posse.

² Orientador deste estudo.

1 Novo ensino Médio: O que diz o governo?

O direito à educação é uma ferramenta transformacional uma vez que dela resulta todo cenário social de uma nação, conforme surgem avanços na sociedade é necessário um progresso na área educacional, pois existe uma ligação entre as partes e se elas crescem juntas, os resultados serão positivos na maioria dos aspectos.

Há algum tempo que a questão de reforma educacional vem sendo discutida com a finalidade de reparar os diversos problemas encontrados na educação tais como: altos índices de reprovação e evasão, baixo aproveitamento dos alunos, má formação docente, desigualdade social em termos culturais e financeiros, e outros que não são menos importantes que estes citados.

No início de 2017 o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 34/2016 converteu a MPV 746/2016 em Lei sendo encaminhada para sanção presidencial, convertendo-se na Lei 13415 de 16 de fevereiro de 2017, esta Lei trata-se da reforma da Educação Básica que será iniciada pelo Ensino Médio que tem por objetivo sanar os diversos problemas encontrados na educação.

O atual Presidente do Brasil, Michel Temer (2017, s/p.), disse no discurso durante a realização da cerimônia de sanção da Lei do Novo Ensino Médio que essa reforma do ensino médio é resultados de mais uma de suas “ousadias responsáveis”, afirmou também que continuará a defender grandes reformas. Segundo Temer, "Houve um debate extraordinário nos últimos meses. Não tenho dúvida de que foi uma coisa extraordinária o que fizemos". O Presidente ressaltou ainda que é preciso modernizar a educação no Brasil, lembrando que há um orçamento de 10 (dez) bilhões para o setor educacional e que a decisão da reforma se deu porque o tema estava parado no congresso há mais de 20 anos.

A maioria dos parlamentares também se posicionou acerca da reforma do ensino médio, uns a favor e outros contra. O Senador da República Pedro Chaves (PSC-MS) foi o relator da MP 746\16 e já atuou na área educacional, o mesmo é a favor da reforma e pronunciou que:

Não é segredo que nossa educação precisa de reformas. O ensino médio é o elemento fundamental desse caminho virtuoso que nosso País necessita trilhar com muita urgência. O Pisa, que é a avaliação internacional promovida pela OCDE, mostrou que o Brasil está estagnado entre as últimas posições de um *ranking* de 70 países. Nacionalmente, o Ideb, que é a avaliação nacional, mostrou que falta qualidade nos sistemas de ensino. A meta foi cumprida apenas até o quinto ano do ensino fundamental. O ensino médio concentrou os piores indicadores (Pedro Chaves, 2017, s\p).

O ensino brasileiro tem sido tratado de forma fragmentada e não interdisciplinar o que impede a associação do mesmo com fatos cotidianos e isso tem impactado no aprendizado do

aluno que por sua vez aprende teorias e não entende suas aplicações. Quando chegam ao nível superior apresentam dificuldades para associar conteúdos de uma disciplina com outra e com fatos cotidianos. Sendo assim a reforma ajudará a tratar o ensino de forma específica de acordo com a formação desejada pelo discente e conseqüentemente teremos melhores resultados em avaliações como o Pisa e IDEB.

Ainda segundo Chaves (2017),

Conheço a educação como professor e reitor que fui, e entendo os dilemas enfrentados por nossos estudantes. As 13 disciplinas tradicionais do modelo anterior, ofertadas ao longo dos três anos do ensino médio, simplesmente não atendiam aos anseios dos alunos e contribuía para o aumento dos índices de evasão e repetência, cujo custo chega a R\$35 bilhões por ano. Nosso Governo mostrou que tão importante quanto recuperar a economia é reformar nossa educação. A Nova Lei da Reforma do Ensino Médio, de nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, criará as bases de um horizonte promissor para o nosso País. (Pedro Chaves, 2017, s/p).

Já o Senador Federal Humberto Costa (PT) se posicionou contra a reforma dizendo que:

Esse projeto é uma aberração desde a sua origem. Por que algo tão complexo como a reforma do ensino médio vem ser feito por medida provisória, que, aliás, é a forma como o Sr. Michel Temer elegeu para governar, em completo desrespeito ao Congresso Nacional? Estamos feitos com constitucionalistas desse nível” (...) “Esse Governo está promovendo uma reforma no ensino médio sem nem mesmo ter definido a Base Nacional Comum Curricular. Ou seja, estamos nos propondo a reconstruir um prédio inteiro antes mesmo de preparar seus alicerces. É algo criminoso (Humberto Costa, 2017,s/p)

A Senadora Federal Ângela Portela (PDT) também pronunciou contra a reforma:

O governo sofreu, há alguns dias, uma derrota importante. A Câmara dos Deputados rejeitou a proposta de emenda à Constituição que autorizava a cobrança de mensalidades em universidades públicas, para os cursos de especialização” (...), “O governo optou pela medida provisória para legislar sobre a vida de mais de 8 milhões de jovens. Assim, desprezou o verdadeiro debate democrático”. Mas desprezou também a juventude, os professores e os especialistas em educação. A propaganda oficial que ainda circula diz que os estudantes do ensino médio terão a oportunidade de escolher as áreas em que pretendem se formar, nos chamados itinerários formativos. Não é verdade! Além de acabar com a formação geral, de qualidade, a medida do governo Temer criou obstáculos para a formação complementar dos estudantes. Os jovens, especialmente os mais pobres, terão agora mais dificuldades de acesso aos conteúdos consagrados, cobrados nos exames de entrada no ensino superior (Ângela Portela, 2016,s/p).

Um erro cometido pelo governo foi aprovar a medida provisória sem a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esse ato foi motivo de grande discussão. Para uma reforma acontecer é necessária uma base para suportar toda a estrutura. Fazendo uma parábola, é como querer que alunos sem passar pela educação básica cursassem o Ensino Superior. Entre outros que expuseram suas opiniões, temos quem diz que é um avanço e outros que é um retrocesso. Para Luiz Araújo, presidente nacional do PSOL e professor da Faculdade de Educação da UnB, a aparente autonomia, na verdade, é falta de compromisso do

Governo Federal com o Ensino Médio, já que não fica claro como a Presidência da República pretende apoiar a permanência dos alunos nas escolas. Tudo ficaria sob a responsabilidade dos governos estaduais e sem ouvir os principais interessados, no caso professores e alunos.

É criar um factóide para dizer que o governo está governando, mas é um projeto polêmico que não resolve o problema do ensino médio e nem garante o fim da evasão” (...) “Apesar de ampliar o tempo de permanência, a MP está tirando matérias fundamentais para a formação do cidadão, isso apresenta um retrocesso”. A proposição de opções formativas em ênfases de escolha dos estudantes reforça a fragmentação e hierarquia do conhecimento escolar. (Luiz Araújo, 2017,s\p).

Vivemos em uma geração na qual a maioria das pessoas é influenciada pela mídia, muitas vezes tendenciosa, em especial pelas mídias sociais. Redes sociais como o Facebook tem se tornado cada vez mais formador de opiniões, em muitos casos com falsas notícias ou opiniões distorcidas as quais o leitor sequer chega a checar a fonte e apodera-se inequivocamente de opiniões alheias tomando-as como verdades incontestáveis.

A proposta de reforma do Ensino Médio provocou eufóricas discussões entre leigos e especialistas em educação. Todos, de uma maneira ou de outra tiveram que formar juízos de valor acerca da tão discutida Medida Provisória. Contudo, de acordo com a ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação as notícias sobre este tema oferecem jornalismo de serviço, apenas pontuando as principais mudanças da reforma, utilizando falas do Ministro da Educação e de seus representantes e pouco ou raramente entrevistam ou noticiam posicionamento de especialistas na área da educação ou estudantes.

2 Tempo Para Implantação da Reforma

A reforma do Ensino Médio define uma nova carga horária que será de 1,4 (mil e quatrocentas) horas, itinerários formativos para os estudantes, estudo obrigatório das disciplinas de Português e Matemática, unificação do currículo e ensino de forma integral. O currículo deve ser 60% (sessenta por cento) preenchido pela BNCC e 40% (quarenta por cento) serão destinados aos itinerários formativos, por se tratar de um currículo flexível os alunos poderão escolher em que área aprofundar seus estudos.

Tais mudanças tem sido motivo de inquietude para alguns educadores que de fato se preocupam com o ensino e aprendizagem brasileira, pois a adaptação não acontece repentinamente e enquanto ela está sendo processada, podem-se perder muito em quesito

aprendizagem, todavia os alunos não retornarão as escolas daqui dois anos para rever os conteúdos mediante as novas metodologias e aprendê-los de forma eficaz.

Os estados dizem que provavelmente a implementação do novo Ensino Médio será iniciada em 2019 e conclusa até 2021 já que a BNCC, o elemento fundamental da reforma, ainda está sendo discutida pelo Ministério da Educação (MEC) e provavelmente será publicada até dezembro de 2017 e ainda passará por análise do Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2018, após a publicação, os Conselhos Estaduais de Educação terão um ano para definir as diretrizes e apresentar um cronograma de implementação da reforma. Em 2019 começam a valer os cronogramas de preparação dos Estados e em 2021 vence o prazo de adequações e preparação de docentes, tudo isso atrelado a entrega da BNCC no prazo determinado e previsto.

2.1 O que dizem os especialistas

Reformar sempre foi necessário, porém a reforma que está ocorrendo assustou a classe educadora já que foi aprovada antes mesmo da Base Nacional Comum Curricular e sem um contato com os profissionais da educação, para saber suas opiniões e sugestões. Cláudia Costin (2017), professora de Harvard e da Fundação Getúlio Vargas, acredita que a falta de diálogo para propor uma reforma tão profunda na educação brasileira foi o maior problema da Medida Provisória do Ensino Médio e afirmou que gostou do aumento da carga horária proposta, ela acredita que aumentar a quantidade de horas é, inclusive, muito mais factível do que o ensino integral. Costin diz ainda que:

Não gostei de ter sido por meio de uma Medida Provisória. O Brasil teve várias mudanças educacionais ao longo da história e sempre foi um processo muito discutido. Era muito importante discutir essas mudanças com os jovens. Eles têm idade para isso. Nós temos uma tendência no Brasil de infantilizar o adolescente, Todo mundo se inspira no modelo educacional da Finlândia, por exemplo. Mas esquecem de uma coisa: lá eles nunca chamam os pais para discutir a escola ou falar do aluno. Eles falam com os jovens. O jovem vota para presidente da República mas não pode definir o que vai acontecer na sua vida escolar. Isso é um paradoxo. Mesmo que ele cometa erros, ele deve participar das decisões, pois ele pode aprender com os erros (...) (Costin, 2017)

Os autores de uma das coleções de livros de Matemática da Editora Moderna para Ensino Fundamental, Luiz Márcio Imenes e Marcelo Lellis foram entrevistados acerca do assunto em questão, ambos acreditam que o aluno deve criar por si mesmo parte do seu conhecimento, e que o professor deve ser mediador e deve ajudar o aluno a elaborar conjecturas, ressaltando que para isso se terá mais trabalho e precisará planejar bem suas aulas. Lellis diz que é à favor

da reforma e critica o fato de o Ensino Médio ser muito enciclopédico pois acha isso injusto com o aluno que por sua vez não saberá relacionar os conteúdos estudados na Física, Geografia e Matemática com a medicina se caso for estudá-la, todavia cita que:

Só temos condições de dizer se isso vai realmente acontecer quando vier a BNCC [*Base Nacional Comum Curricular*]. Porque o texto da medida provisória remete à BNCC, de modo que só quando pudermos estudar a BNCC vamos ter ideia de como eles pretendem organizar de fato o ensino médio (Lellis, 2017).

Imenes (2017) acredita que a iniciativa de reformar o Ensino Médio é louvável e diz que:

A ideia de diversificar o ensino médio, de haver ensinos médios diferentes para vocações diferentes, é uma coisa boa. Quero dizer, essa é uma ideia boa qualquer que seja o governo, e qualquer que seja o modelo”, “No entanto tê-la feito através de uma Medida Provisória não foi a melhor forma (Imenes, 2017).

A formação técnica e profissional será uma opção a mais e de modalidade prática para alunos que querem concluir o Ensino Médio, entrar no mercado de trabalho ou ingressar-se em uma Universidade renomada e se sustentar desenvolvendo as atividades aprendidas em sua formação básica. Sem dizer que o aluno não perderá tempo estudando disciplinas/conteúdos que não se relacionam com a área que o mesmo pretende aprofundar seus estudos.

No decorrer deste estudo foram entrevistados alguns profissionais da área de Matemática que atuam em Universidades brasileiras. A entrevista propunha questões abertas e fechadas. Todos os entrevistados afirmam que o ensino de Matemática no país oscila entre regular e ruim, avaliando a qualidade do Ensino Médio como regular. Foram questionados acerca de quais fatores precisam ser mudados para que tenhamos uma educação de qualidade e tivemos as tais como respostas comuns: formação de professores, valorização salarial e cuidado especial com o ambiente escolar.

Ao interrogar a respeito da Lei 13.415/2017, 90% (noventa por cento) dos entrevistados dizem ter conhecimento a respeito e 10% (dez por cento) alegam não o possuir, entre os que afirmam conhecer o texto da Lei, cerca de 60% (sessenta por cento) acreditam que foi um erro a aprovação da mesma via Medida Provisória, já que o professor que tem contato direto com a sala de aula não pode opinar em nada. Dentre os 60% (sessenta por cento) contra a MP, um deles justificou sua opinião ressaltando que:

O texto da Lei informa que a Base Nacional “*Não incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, artes, sociologia e filosofia*”. Nota-se que esses campos não são chamados de disciplinas. Na realidade, também não serão obrigatórias, já que poderão ser diluídas em outras disciplinas, penso que cada disciplina tem sua importância, acho que essa medida do governo é diminuir o número de docentes dessas áreas para enxugar a folha. A formação do professor é indispensável porque há saberes e competências que são específicos da docência.

Ensinar bem uma matéria não requer apenas saber o conteúdo – é preciso compreender o complexo processo ensino-aprendizagem. Por isso, como aceitar um “*notório saber*” desprezando a formação docente (Desconhecido, 2017).

Já entre os 40 % (quarenta por cento) que dizem ser a favor da MP, um deles nos diz que:

Penso que ao direcionar uma formação (humana, exatas, técnica,...) já no Ensino Médio pode colaborar efetivamente na formação cidadã. Isto aliado aos anseios apontados anteriormente (formação adequada, valorização profissional, ambiente escolar,...). Junto me àqueles que criticam a lei por esta ser uma ação de governo (e não de estado), visto que fora por MP. No entanto não podemos esquecer que há mais de 10 anos tramitava no congresso propostas de reforma (Desconhecido, 2017)

Notemos que mesmo sendo contra a MP o primeiro entrevistado concordou em reformar sob ela, pois é melhor que seja feita assim do que não seja realizada. Para muitos, o que importa é a atitude de iniciar os demais detalhes vão sendo ajustados posteriormente. A situação da educação brasileira é caótica e aguardamos com ansiedade por melhorias, por professores bem pagos e valorizados, por um ambiente escolar com melhores condições, por alunos interessados e metodologias eficazes.

2.2 A reforma na prática: Estudo de Caso

O caso foi estudado no Centro de Ensino em Período Integral Argemiro Antônio Araújo por se tratar de uma instituição educacional que vem acolhendo a ideia da reforma do Ensino Médio a partir da implantação do novo sistema de Ensino Integral.

Os Centros de Ensino em Período Integral (CEPI) tem como principal característica o Programa Novo Futuro que visa à extensão do tempo escolar, onde iniciam suas atividades as 7 h 30 min e terminam às 17h de segunda a sexta-feira, atingindo 45 aulas semanais, servem três refeições diariamente e possuem currículo inédito em Goiás constituído por um Núcleo Básico Comum e Núcleo Diversificado. Este programa oferece a opção de acompanhamento estatístico e são dados gráficos apontando onde estão as dificuldades dos alunos e suas notas por blocos o que facilita aos professores o acesso ao seu desenvolvimento, proporcionando um feedback entre docente e discente.

O Governo de Goiás instituiu o *Programa Novo Futuro* que é responsável por criar e desenvolver recursos tecnológicos (criação de planilhas e softwares) para o acompanhamento de metas, planejar a execução de pesquisas ou levantamento estatísticos, formar a equipe gestora no que se refere ao acompanhamento das metas, acompanhar através de instrumentos estatísticos a implantação das metas propostas pela SEDUCE (Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte) junto às escolas, emitir pareceres no campo estatístico para a

Secretaria. Este programa por sua vez, conforme podemos perceber, através de suas atribuições propõe ser uma ferramenta facilitadora do trabalho docente, posto que poupa os professores de desgastantes preenchimentos de diários, por exemplo.

Em 2016 ainda quando o ensino era regular esta instituição abrigava 826 alunos nas modalidades Ensino Fundamental II e Ensino Médio, sendo a segunda maior Unidade Escolar da Regional de Posse que engloba 11 municípios da região nordeste goiano. Hoje (2017) são ofertadas apenas 258 (duzentos e cinquenta e oito) vagas para alunos de Ensino Médio em tempo Integral. Esta situação alerta para a eminente necessidade do governo querer investir massivamente em infraestrutura com a construção emergencial de novos espaços para abrigar as instituições escolares visto que as que estão em funcionamento não poderão ofertar a mesma quantidade de vagas que conseguiam quando o ensino não era em tempo integral.

O CEPI exige dedicação exclusiva de docentes e não só isso, mas também o fato de o colégio não ter estruturas para quantidade maior de alunos que fez com que as vagas para discentes fossem reduzidas assim como o número de turmas que influenciaram para a consequente redução no número de professores. Anteriormente eram 37 (trinta e sete) educadores e no presente são apenas 23 (vinte e três). Percebe-se que esse é um grande impacto que a reforma do Ensino Médio já está causando, o aumento de desemprego entre os professores com a consequente redução de vagas para a função.

2.3 Confronto Teoria X Prática

Professores e gestores educacionais costumam reclamar do cenário atual no qual estão inseridos, reclamam que aprovaram a reforma sob Medida Provisória e que não foram consultados a respeito, mas quando são consultados não fazem esforço de expor suas ideias. A fim de saber a opinião dos profissionais da educação sobre o assunto em questão, foram aplicados questionários com perguntas fechadas e algumas solicitando justificativa, no entanto muitos se negaram a respondê-lo, e ao tentar colher dados dos que estão preenchidos, é notório que alguns nem leram as questões, pois em um momento concordam e em um segundo momento discordam, contradizendo sua opinião. Falta de tempo nem sempre é uma boa justificativa, se não tem tempo para ajudar na coleta de dados de uma pesquisa, pressupõe-se que não tenham tempo disponível para participar ativamente da construção de um projeto de Lei.

Por se tratar de uma pesquisa que se preocupa principalmente em saber como será o ensino de Matemática a partir da implementação da reforma, fez-se necessário entrevistar

professores desta disciplina que atuam no CEPI, primeiramente foi indagado acerca da quantidade de aulas semanais, anteriormente quando o ensino era regular, no Ensino Médio eram ministradas 5 (cinco) aulas, hoje com o ensino em tempo integral, são 6 (seis) aulas por semana e quanto a carga horária anual total que era de 200 (duzentas) horas e atualmente possui 240 (duzentas e quarenta) horas.

Quanto ao desempenho dos alunos, os professores do CEPI informaram que com este novo programa de controle de desenvolvimento de alunos através de análise de gráficos e com as aplicações de provas de blocos, os alunos têm se empenhado cada vez mais em aprender, o interesse deles aumentou de forma significativa do ano passado para este ano. Porém os discentes ainda possuem muitas dificuldades em aprender Matemática, o currículo é muito extenso e geralmente o educador não tem tempo suficiente para aprofundar em um conteúdo e como resultados têm se um aprendizado superficial e notas não muito boas. Inclusive os entrevistados disseram que são a favor da reforma, mas a sua eficácia está incondicionalmente ligada a uma maior flexibilidade curricular.

Ainda, de acordo com os docentes interrogados, é preocupante a questão dos alunos terem a opção de escolher qual área de estudo para aprimorar seus conhecimentos já que geralmente alunos de 16 (dezesesseis) anos de idade não têm maturidade suficiente para tal seleção. Em caso de optar por estudar algum dos cursos profissionalizantes, poderá em caso de arrependimento no futuro não ter oportunidade ou terá dificuldades em aprofundar os estudos em outra área do conhecimento, pois ficou preso a uma área específica de formação durante o Ensino Médio.

Com o intuito de saber se o ensino de Matemática progrediu foram analisadas as médias de 2016 e 2017 da Avaliação Diagnóstica por Amostragem (ADA) dos primeiros e segundos bimestres da turma de terceiro ano do Ensino Médio do CEPI Argemiro Antônio de Araújo. E pelos resultados quantitativos, (mesmo que contradigam alguns especialistas) apontam que houve uma pequena evolução. Em 2016 as notas foram respectivamente de 3,1 (três inteiros e um centésimo) e 4,3 (quatro inteiros e três centésimos) e no ano seguinte, 3,6 (três inteiros e seis centésimos) e 4,4 (quatro inteiros e quatro centésimos) para o mesmo período.

Ao aplicar os questionários para professores do CEPI Argemiro Antônio de Araújo e de outras instituições de ensino tivemos o seguinte resultado: 75% (setenta e cinco por cento) acreditam que o ensino atual de Matemática no Brasil é regular, 10% (dez por cento) dizem que é bom e 15% (quinze por cento) que é ruim. Quanto ao Ensino Médio de forma geral, 80% (oitenta por cento) o avaliam como regular 10% (dez por cento) como bom e 10% (dez por cento) como ruim. Quando questionados se tinham conhecimento em relação à Lei

13.415, 85% (oitenta e cinco por cento) responderam que sim e 15 % (quinze por cento) que não. E a respeito de seus posicionamentos 90% (noventa por cento) dizem ser a favor e 10% (dez por cento) contra. Notemos que existe uma contradição por partes dos interrogados já que 5% (cinco por cento) que não conhecem a Lei se dizem ser a favor.

Dentre os professores entrevistados, 90% (noventa por cento) acreditam que a BNCC será uma boa alternativa para o avanço educacional, caso seja feita com comprometimento. O que causa apreensão em todos os envolvidos nesta reforma é a possibilidade de demora a esta aprovação.

Os discentes também foram questionados e 41,18% (quarenta e um inteiros e dezoito centésimos por cento) afirmaram que trabalhavam no ano passado, 64,70% (sessenta e quatro inteiros e setenta centésimos por cento) acreditam que estão conseguindo evoluir ao dedicar-se em tempo integral aos estudos, 76,48% (setenta e seis inteiros e quarenta e oito centésimos por cento) dizem que através da reforma a educação melhorará. Como houve algumas mudanças neste Colégio, às mesmas chamaram a atenção dos alunos e eles estão cada vez mais se empenhando em se sobressair nos estudos. Até então, uma considerável maioria de professores e alunos do CEPI Argemiro Antônio de Araújo estão apostando na reforma, apesar de alguns ainda apresentarem-se receosos e avessos a mudanças, o que não foge da normalidade.

3 Considerações Finais

Este estudo pioneiro tratou da análise da mais recente proposta de reforma na área educacional, foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica a fim de conhecer os principais impactos que essa renovação causou e causará no Ensino Médio, especificamente analisando quais resultarão em mudanças significativas no ensino dos conteúdos da disciplina de Matemática. O assunto em si gerou grande discussão, preocupação e desconforto em alguns segmentos, contudo, por outro lado em outros, provocou certo contentamento.

Fazendo uma breve comparação desta reforma com a que aconteceu há alguns anos atrás, vemos que temos uma imensa deficiência no que diz respeito ao currículo escolar, no entanto sabemos que, conforme diz Eny Maia e Moacir Carneiro (2000):

Nenhuma medida, isoladamente pode resolver um problema que é estrutural: se o investimento em educação não configura uma prioridade política, daí decorrem problemas relativos à formação dos professores, planos de carreira, salários, altos

índices de repetência, evasão escolar e subescolarização que constituem o núcleo do problema (Eny Maia e Moacir Carneiro, 2000, p.20)

A iniciativa de reforma do Ensino Médio foi um ato corajoso e irresponsável ao mesmo tempo. Primeiro que reforma sem base não funciona, por melhor que seja a estrutura, ela não suportará ficar de pé. Segundo que a base do Ensino Médio é o Ensino Fundamental o qual também deve sofrer mudanças para a melhoria da educação básica. Mudar o Ensino Médio sem ter uma boa formação de professores também não terá a eficácia desejada.

Com o ensino em tempo integral, pelo contrário do que o governo acredita, a evasão escolar aumentará já que maioria dos alunos são de famílias financeiramente fragilizadas e precisam trabalhar para ajudar nas despesas de casa. Conforme diz CARNEIRO (2009):

É notório que o estado brasileiro jamais planejou um Ensino Médio para receber alunos de classes populares. Em relação a elas, a escola pública de Ensino Médio manteve sempre no passado um sentimento de superioridade cultural. (Moacir Carneiro, 2012, p.23)

Isso revela que o governo se preocupa cada vez menos com a educação e cada vez mais em ter analfabetos funcionais, incapazes de agir criticamente, alienados por opiniões alheias e que continuem concordando com tudo que é proposto e atualmente embasado por uma geração de especialistas em todo e qualquer tipo de assunto, formados e manipulados pelas redes sociais, incapazes de filtrar quando uma informação é falsa ou verdadeira. E com isso quem sofre é a grande massa da população que carece de educação de qualidade com igualdade de direitos, conforme preconiza a Constituição Federal.

Cabe ao professor uma responsabilidade ainda maior. Ele terá que se desdobrar para fazer com que o aluno alcance o conhecimento de forma que o relacione com o meio, por enquanto sem um currículo eficiente e com uma carga horária maior. Cabe aos alunos também o dever de se dedicarem aos estudos de forma com que estejam preparados para vestibulares, para ingressar no mercado de trabalho e mais importante do que isto é ser capaz de formar opinião, com embasamento teórico e prático de modo a discutir questões sociais, políticas e econômicas, e que, possam lutar para garantia de seus direitos em especial aqueles ligados ao acesso a educação de qualidade.

Diante deste estudo, verificou-se que a reforma do Ensino Médio impactará consideravelmente a Educação brasileira, a maior parte de forma negativa, pois caso não ocorram investimentos massivos em infraestrutura e benefícios tais como bolsas de estudos para o aluno que precisa trabalhar para se manter na escola, por exemplo, já que as aulas ocorrerão em período integral, certamente contribuirá para elevar os índices de evasão escolar, desemprego, redução da oferta de vagas em instituições escolares dentre outros.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº13415** de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acessado em 04 mai 2017.

_____. (Constituição 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acessado em 29 abr. 2017.

_____. **Sancionada Lei da Reforma no Ensino Médio**. 2017. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/16/sancionada-lei-da-reforma-no-ensino-medio>> Acessado em 04 mai. 2017.

CHAVES, Pedro. **Pronunciamento de Pedro Chaves em 23-02-2017**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/429063>> Acessado em 15 ago. 2017.

CARNEIRO, Moaci.Alves. **O Nó do Ensino Médio**. São Paulo: Vozes,2012.

COSTA, Humberto. **Pronunciamento de Humberto Costa em 08-02-2017**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/428614>>. Acessado em 15 ago. 2017.

COSTIN, Cláudia . **O maior erro foi não ter discutido a reforma do Ensino Médio com os jovens**. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/15/politica/1481826534_981926.html> Acessado em 14 ago 2017.

MAIA, Eny Marisa, CARNEIRO, Moaci.Alves. **A Reforma do Ensino Médio em Questão**. Editora Biruta, 2000.

IMENES, Luis Márcio. LELLIS, Marcelo: **Reforma do ensino médio**. 2016. Disponível em: <<https://imaginariopuro.wordpress.com/2016/11/29/imenes-e-lellis-reforma-do-ensino-medio/>>. Acessado em 02 mar. 2017.

SBM - Sociedade Brasileira de Matemática. **Manifesto da Sociedade Brasileira de Matemática sobre a Reforma do Ensino Médio**. 2016. Disponível em: <<http://www.sbm.org.br/destaque/manifesto-da-sociedade-brasileira-de-matematica-sobre-a-reforma-do-ensino-medio>>. Acessado em 20 mar. 2017

KRUSE, Tulio. **Reforma do ensino médio deve levar mais de 3 anos para iniciar implantação.** 2017 Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,reforma-do-ensino-medio-deve-levar-mais-de-3-anos-para-iniciar-implementacao,70001879827>>. Acessado em 14 out. 2017.

PORTELA, Ângela. **Pronunciamento de Ângela Portela em 09\11\2016.** Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/427212>> Acessado em 15 ago. 2017.

PSOL NACIONAL. **Reforma apresentada por Temer é um retrocesso, dizem especialistas** Disponível em: <<https://deborapsol.com.br/artigo/reforma-do-ensino-medio-apresentada-por-temer-e-retrocesso-dizem-especialistas>>. Acessado em 15 ago. 2017.

TEMER, Michel. **Discurso do presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de Sanção da Lei do Novo Ensino Médio - Palácio do Planalto.** Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-sancao-da-lei-do-novo-ensino-medio-palacio-do-planalto>> Acessado em 15 ago. 2017.

CHAVES, Pedro. **“Pronunciamento de Pedro Chaves em 23-02-2017”** Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/429063>> Acessado em 15 de ago.2017.

COSTA, Humberto. **“Pronunciamento de Humberto Costa em 08-02-2017”** Disponível em <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/428614>> Acessado em 15 de ago.2017.

“Reforma apresentada por Temer é um retrocesso, dizem especialistas” Disponível em: <<https://deborapsol.com.br/artigo/reforma-do-ensino-medio-apresentada-por-temer-e-retrocesso-dizem-especialistas>> Acessado em 15 de ago. 2017.